

**Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.**

**Demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020**

## ÍNDICE

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis .....	1
Balancos Patrimoniais .....	3
Demonstrações dos Resultados .....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes .....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	8
Relatório da Administração .....	11
Notas explicativas às demonstrações Contábeis .....	12



# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Diretores e Acionistas da  
Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.  
Tucano - BA

## Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada, Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Outros assuntos

### Exercício anterior não auditado

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

## Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração à respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 24 de setembro de 2021.

KPMG Auditores Independentes, uma sociedade simples brasileira e firma-membro da rede KPMG de firmas-membro independentes e afiliadas à KPMG International Cooperative ("KPMG International"), uma entidade suíça.

KPMG Auditores Independentes, a Brazilian entity and a member firm of the KPMG network of independent member firms affiliated with KPMG International Cooperative ("KPMG International"), a Swiss entity.

KPMG Auditores Independentes CRC

2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori Contador

CRC 1SP245014/O-2

BALANÇOS PATRIMONIAIS  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
			(Não auditado)
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	7	–
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4	111	–
<b>TOTAL ATIVO CIRCULANTE</b>		<b>118</b>	<b>–</b>
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>			
Imobilizado, líquido	5	23.649	–
Intangível, líquido	6	1.112	689
<b>TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>24.761</b>	<b>–</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>24.879</b>	<b>689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	<u>Notas</u>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
<b><u>PASSIVO CIRCULANTE</u></b>			(Não auditado)
Fornecedores	7	481	—
Tributos a pagar		6	—
Contas a pagar com partes relacionadas	8	236	—
<b>TOTAL PASSIVO CIRCULANTE</b>		<b>723</b>	<b>—</b>
<b><u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u></b>			
Passivo de arrendamento	9	4.068	—
Outras obrigações		2	—
<b>TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>4.070</b>	<b>—</b>
<b><u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u></b>			
Capital social	10	20.227	689
Prejuízos acumulados		(141)	—
<b>TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>20.086</b>	<b>689</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>24.879</b>	<b>689</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS**  
 31 de dezembro de 2020 e 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Notas	2020	2019
			(Não auditado)
Gerais e administrativas	8	(237)	–
<b>TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS</b>		<b>(237)</b>	<b>–</b>
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS</b>		<b>(237)</b>	<b>–</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>			
Receitas financeiras		163	–
Despesas financeiras		(67)	–
<b>TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	11	<b>96</b>	<b>–</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>		<b>(141)</b>	<b>–</b>
<b>PREJUÍZO DO EXERCÍCIO / PERÍODO</b>		<b>(141)</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES**  
 31 de dezembro de 2020 e 2019  
 (Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	2020	2019
		(Não auditado)
Prejuízo do exercício / Período	(141)	–
Outros resultados abrangentes	–	–
<b>TOTAL DOS RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO / PERÍODO</b>	<b>(141)</b>	<b>–</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
31 de dezembro de 2020 e 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

Descrição	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 30 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>		–	–	–
Aumento de capital com parcela cindida	1	689	–	689
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)</b>		<b>689</b>	–	<b>689</b>
Aumento de capital	11	19.538	–	19.538
Prejuízo do exercício		–	(141)	(141)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>20.227</b>	<b>(141)</b>	<b>20.086</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**31 de dezembro de 2020 e 2019**  
**(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota	2020	2019
(Não auditado)		
<b><u>Atividades operacionais:</u></b>		
Prejuízo do exercício / Período	(141)	-
<b><u>Ajustes para conciliar o prejuízo líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u></b>		
Depreciação	5 104	-
Juros sobre passivo de arrendamento	9 313	-
Variação monetária	11 (171)	-
<b><u>Variação dos ativos e passivos operacionais</u></b>	<b>133</b>	<b>-</b>
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>	<b>238</b>	<b>-</b>
<b><u>Atividades de investimentos:</u></b>		
(Aplicações) Resgates de cauções e depósitos vinculados	11 171	-
Aquisição de imobilizado e intangível	5 e 6 (19.940)	-
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimentos</b>	<b>(19.769)</b>	<b>-</b>
<b><u>Atividades de financiamentos:</u></b>		
Aumento de capital	10 19.538	-
<b>Caixa gerado pelas atividades de financiamentos</b>	<b>19.538</b>	<b>-</b>
<b><u>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</u></b>	<b>7</b>	<b>-</b>
No início do exercício / período	-	-
No final do exercício / período	7	-
<b>Aumento de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>7</b>	<b>-</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A. (“Companhia”), cuja sede está localizada na Fazenda Conga, s/nº, na cidade de Tucano, Estado da Bahia, é uma sociedade por ações de capital fechado. Foi constituída em 30 de dezembro de 2019 e tem por objeto social a geração e o comércio atacadista de energia elétrica. A Companhia é integrante do complexo eólico Tucano, localizado no Estado da Bahia. Por meio da Resolução Autorizativa nº 8.823 de 19 de maio de 2020 a ANEEL autorizou a Companhia por 35 (trinta e cinco) anos a implantar e explorar a Central Geradora Eólica Tucano VIII, sob o regime de Autoprodução de Energia Elétrica, localizada no município de Tucano, no estado da Bahia. Atualmente, o parque se encontra em construção com previsão para a entrada em operação no primeiro semestre de 2023.

Em 13 de fevereiro de 2020, a Companhia foi adquirida passou a ser controlada diretamente pela Tucano Holding III S.A. e indiretamente pela AES Tietê Energia S.A (“AES Tietê”) e pela The AES Corporation (sediada nos Estados Unidos da América).

### Cisão e incorporação

Em 30 de dezembro de 2019, a Sowitec Operation GMBH e Sr. Thomas Schulthess, únicos acionistas do Parque Eólico Tucano, cindiram a Companhia e efetuaram a constituição da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., cujo acervo incorporado foi avaliado por empresa de avaliação independente em 30 de dezembro de 2019, com data base em 30 de novembro de 2019. O intangível incorporado refere-se a despesas pré-operacionais, no montante de R\$ 689, conforme divulgado na nota explicativa de intangível nº 6.

### Comercialização de energia

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia firmou um contrato de compra e venda de energia com a Unipar Carbocloro S.A., para fornecimento de 18,7 MW médio pelo período de 20 anos com início em 01 de janeiro 2023, que representando 82% do total da garantia física do parque eólico.

Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
	Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
PPA Unipar (ACL)	UNIPAR/CARBOCLORO	525.600	175	2023	2042	IPCA	janeiro

### 1.1 Impactos do Coronavírus (COVID-19) nas demonstrações contábeis

A propagação da pandemia de COVID-19 tem causado sérios impactos na economia global e nos mercados financeiros que poderiam potencialmente afetar material e adversamente as operações, condições financeiras e fluxo de caixa de nossos negócios. Em outubro de 2020, o Fundo Monetário Internacional projetou desaceleração relevante ou contração na atividade econômica em 2020, incluindo -4,4% de queda no crescimento mundial e -5,8% no Brasil.

Mesmo com a severidade da crise, não houve ainda nenhum evento que tenha impactado os negócios da Companhia. Visto que a Companhia é pré-operacional, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve impacto relevante em seus resultados financeiros.

À medida que a pandemia do COVID-19 avança, a Companhia tem acompanhado atentamente sua evolução e vem envidando significativos esforços em seu combate. Com o objetivo de avaliar, monitorar e aplicar todas as medidas necessárias pela garantia da segurança e redução máxima de riscos às pessoas e aos negócios, o grupo AES criou um Comitê de Gestão de Riscos e Crise, liderado pela Diretoria de Tesouraria e Riscos.

Nesse sentido a Companhia continuará a revisar e modificar nossos planos a medida que as condições mudarem. Apesar dos esforços para gerenciar e remediar esses impactos para a Companhia, seu impacto final depende de fatores além do conhecimento ou controle da Companhia, incluindo a

duração e a gravidade desta pandemia, bem como ações de terceiros para conter sua disseminação e mitigar seus efeitos na saúde pública.

## **2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

---

Em 24 de setembro de 2021, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das demonstrações contábeis, submetendo-as nesta data à aprovação dos Acionistas, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards - IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

### **2.2 Base de preparação e apresentação**

As principais políticas contábeis e estimativas, aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis, estão apresentadas nas respectivas notas explicativas. Estas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

#### **Continuidade operacional**

Em 31 de dezembro de 2020, ainda em fase pré-operacional, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia e, apesar de apresentar capital circulante líquido negativo na demonstração financeira de 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 605, está convencida de que suas futuras operações terão capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

Esta afirmação é baseada nas expectativas da Administração em relação ao futuro da Companhia, sendo consistentes com o seu plano de negócios. A Companhia prepara no início de cada exercício, Planos de Negócios Anual e Quinquenal, que compreendem os orçamentos anuais e plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações da Companhia. Os planos são acompanhados durante o exercício pelos órgãos de governança da Companhia, podendo sofrer alterações.

### **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

As principais premissas, avaliações e estimativas utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis e apresentadas nas notas explicativas são: vida útil dos bens do imobilizado, impostos valor justo de instrumentos financeiros.

### **2.4 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não circulantes ou de longa duração**

A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos

custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração, não serão recuperados através de operações futuras.

## **2.5 Moeda funcional e de apresentação**

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

## **2.6 Novos pronunciamentos em vigor em 01 de janeiro de 2020**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia avaliou seus efeitos e a conclusão é de que não há impactos em suas demonstrações contábeis.

## **2.7 Novos pronunciamentos que entrarão em vigor em 01 de janeiro de 2021**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16)
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1)
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

### 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição, têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior há três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica “investimentos de curto prazo”.

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos e curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado, os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

O saldo de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020	2019
		(Não auditado)
Numerário Disponível	7	–
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>–</b>

### 4. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

As retenções de impostos sobre as prestações de serviços são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício.

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

	2020	2019
		(Não auditado)
<b>CIRCULANTE</b>		
Imposto de Renda	86	–
Contribuição Social	24	–
<b>Total</b>	<b>111</b>	<b>–</b>

## 5. IMOBILIZADO

A Companhia utiliza critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, respectivamente, desde que aderentes às práticas contábeis adotadas no Brasil e IFRS.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. A Companhia reconheceu ativos de direito de uso de terreno arrendado, com vida útil definida estimada de 25 anos e depreciados a uma taxa real média de 3,67%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor.

### a) A composição do ativo imobilizado é a seguinte:

	2020			2019
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
				(Não auditado)
Imobilizado em curso (i)	19.998	–	19.998	–
Direito de uso de terreno arrendado (ii)	3.755	(104)	3.651	–
<b>Total</b>	<b>23.753</b>	<b>(104)</b>	<b>23.649</b>	–

(i) O saldo de imobilizado em curso é composto, por gastos com o início da construção do Complexo Eólico Tucano, principalmente relacionados com o contrato firmado para o fornecimento das turbinas eólicas, bem como com obras civis e elétricas. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.

(ii) A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. São amortizados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. A Companhia reconheceu ativos de direitos de uso dos terrenos arrendados e reconhece sua amortização com base nos prazos firmados em contrato, em média de 30 anos e amortizados a uma taxa média de 3,67% ao ano.

Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de autorização, dos dois o menor. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia utilizou o prazo do contrato como determinação da vida útil.

**b) Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 31 de dezembro de 2019 é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Saldo em 31 de dezembro de 2020
	(Não auditado)		
Imobilizado em curso	–	19.998	19.998
Direito de uso de terreno arrendado	–	3.755	3.755
<b>Subtotal</b>	–	<b>23.753</b>	<b>23.753</b>
Amortização Arrendamento	–	(104)	(104)
<b>Total Imobilizado</b>	–	<b>23.649</b>	<b>23.649</b>

A Companhia revisa, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não identificou indicadores de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

## 6 INTANGÍVEL

Ativos intangíveis são registrados ao custo de aquisição ou pelo valor justo menos a amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Esses intangíveis, compostos de despesas pré-operacionais que possuem vidas úteis limitado ao prazo de autorização, são amortizados pelo método linear ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação a perda por redução do valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, quando existentes, são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A composição da conta intangível é a seguinte:

	2020			2019
	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
				(Não auditado)
Intangível em curso	1.112	–	1.112	689
<b>Total Intangível</b>	<b>1.112</b>	<b>–</b>	<b>1.112</b>	<b>689</b>

### b) Movimentação do intangível

A movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo em 31 de dezembro de 2019	Adições	Saldo em 31 de dezembro de 2020
			(Não auditado)
Intangíveis em curso (i)	689	423	1.112
<b>Subtotal</b>	<b>689</b>	<b>423</b>	<b>1.112</b>
Amortização	–	–	–
<b>Total Intangível</b>	<b>689</b>	<b>423</b>	<b>1.112</b>

(i) Despesas pré-operacionais e que serão amortizadas pelo prazo de autorização.

## 7. FORNECEDORES

O saldo de fornecedores no montante de R\$ 481 em 31 de dezembro de 2020, refere-se, principalmente, a custos com a construção dos parques eólicos.

## 8. CONTAS A PAGAR COM PARTES RELACIONADAS

Em 03 de setembro de 2020 a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviço e gestão administrativa e operacional de projetos eólicos, com a AES Tietê Energia S.A. (“Tietê”) onde a Tietê será responsável pela prestação desse serviço durante um prazo 10 anos, com a possibilidade de renovação por mais 10 anos. A Companhia irá efetuar o pagamento desse contrato de forma mensal no valor equivalente a R\$ 70 e os pagamentos terão início a partir da entrada comercial do Complexo Eólico Tucano, que está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2023.

Abaixo apresentamos os saldos de provisão dos serviços, visto que os mesmos já começaram a serem prestados.

	2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>		(Não auditado)
Contas a pagar - AES Tietê Energia S.A.	236	–
<b>Total - Contas a pagar com partes relacionadas</b>	<b>236</b>	<b>–</b>
<b>RESULTADO</b>	(237)	–
Gerais e administrativas (i)	(237)	–

- (i) Refere-se a prestação de serviços de Operação e Manutenção (O&M) com Unipar Carbochloro S.A.

## 9. PASSIVO DE ARRENDAMENTO

Os contratos incluídos no escopo de reconhecimento e mensuração inicial referem-se à aluguel de terrenos, para os quais a Companhia passou a reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, sendo este último demonstrado na rubrica Imobilizado. (vide nota explicativa nº 5).

Para definição dos contratos a serem avaliados, a Companhia considerou os contratos de arrendamento com duração igual ou superior a 12 meses e contratos de arrendamento de valor relevante.

No reconhecimento inicial, para a determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada a taxa de desconto nominal de 10,08% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento ou da autorização. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia considerou o prazo do contrato para determinação do valor justo.

A movimentação do passivo arrendado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	2020
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (Não auditado)	—
Adoção Inicial	3.755
Encargos financeiros	313
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<b>4.068</b>

Os vencimentos futuros do passivo de arrendamento são como segue:

Fluxo futuro	
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	
2022	25
2023	37
2024	40
2025	44
2026	49
Após 2026	3.873
Total	<b>4.068</b>

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

---

### Capital Social

Em 30 de dezembro de 2019 foi realizado a constituição da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., mediante parcela cindida de ativos intangíveis, relacionados a despesas pré-operacionais, do acervo do Parque Eólico Tucano Ltda., no montante de R\$ 689. Não houve movimentação de caixa nessa transação.

Em 13 de fevereiro de 2020, a Tucano Holding I S.A. e Tucano Holding III S.A. adquiriram o controle da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A.

Entre março de 2020 e dezembro de 2020 foi realizado aumento de capital de R\$ 19.537 em moeda corrente, sendo parte Tucano Holding I S.A. no montante de R\$ 15.526 e parte Tucano Holding III S.A. no montante de R\$ 4.011.

Em 31 de dezembro de 2020 o quadro acionário da Tucano F8 Geração de Energias SPE S.A., é composto como segue:

	2020
Tucano Holding I	16.074
Tucano Holding III	4.153
<b>Total</b>	<b>20.227</b>

## 11. RESULTADO FINANCEIRO

---

	2020	2019
<b>Receitas financeiras</b>		(Não auditado)
Renda de cauções	171	—
PIS e COFINS sobre receita financeira	(8)	—
<b>Total</b>	<b>163</b>	<b>—</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Tarifas e encargos bancários	(67)	—
<b>Total</b>	<b>(67)</b>	<b>—</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>96</b>	<b>—</b>

## 12 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

### 12.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Hierarquia	Notas	2020		2019		Categoria
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
<b>ATIVO (Circulante e não circulante)</b>					(Não auditado)	(Não auditado)	
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	3	7	7	–	–	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>7</b>	<b>7</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	
<b>PASSIVO (Circulante e não circulante)</b>							
Fornecedores	Nível 2	8	531	531	–	–	Custo amortizado
Contas a pagar partes relacionadas	Nível 2	9	236	236	–	–	Custo amortizado
Passivo de arrendamento	Nível 2	10	4.068	4.068	–	–	Custo amortizado
<b>Total</b>			<b>4.835</b>	<b>4.835</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	

#### Hierarquia de valor justo

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- Nível 1 - Preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços); e
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

### 12.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia está exposta principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

#### (a) Estrutura de gerenciamento de riscos

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia conta com as áreas de Gestão de Riscos, Controles Internos, Auditoria Interna e Ética e Compliance.

#### Gestão de Riscos

A Política de Gestão de Riscos tem como objetivo fornecer as diretrizes gerais para a Gestão de Riscos da Companhia, visando conceituar e documentar os princípios de Gestão de Riscos e atividades relacionadas.

A diretoria de Gestão de Riscos é responsável por disseminar a cultura de gestão de riscos estratégicos, obter o grau de exposição a risco ao qual a Companhia está exposta, definir padrões a serem seguidos pela Companhia no que tange Gestão de Riscos, supervisionar e controlar relatórios de risco e definir gestores e responsáveis pelos riscos nas áreas de negócio.

A Diretoria exerce a função de assegurar a avaliação dos riscos estratégicos e planos de ação recomendados para a mitigação dos riscos.

Os riscos estratégicos podem ser categorizados como riscos estratégico, financeiro, compliance, tecnologia, operacional, mercado, legal, regulatório, ambiental e crédito. A Diretoria também deve fornecer sua percepção em relação aos riscos tangíveis e intangíveis aos quais suas respectivas áreas de negócios estão expostas.

### Ética e Compliance

A Companhia está comprometida em manter os mais altos padrões éticos e legais em todas as suas transações comerciais. Para tanto, potenciais parceiros de negócios são submetidos a um processo de análise e aprovação interna da Administração, conduzido pela área de Ética e Compliance, cujo principal objetivo é “conhecer” os seus parceiros e avaliar os riscos trazidos pelas transações a serem analisadas.

Em caso de denúncia ou suspeita de fraude ou irregularidade, a questão será investigada pela área de Ética e Compliance e com base na conclusão do processo investigativo, medidas de remediação apropriadas - sejam medidas administrativas, mudanças de controles, implementação ou ajuste de processos, etc. - serão tomadas tempestivamente. Se houver um eventual impacto material nas demonstrações contábeis, os dados gerados pelo processo investigativo serão devidamente informados à governança da Companhia.

#### (b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

##### (b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia incorrer em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de: equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

##### Caixa e equivalentes de caixa

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia atua de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e os respectivos ratings nas principais agências.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco *rating* inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2020 é a seguinte:

	2020	2019
		(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa	7	–
<b>Total</b>	<b>7</b>	<b>–</b>

#### (b.2) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia adota como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia.

Posição em 31 de dezembro de 2020	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	531	–	–	–	–
Contas a pagar partes relacionadas	–	–	236	–	–
Passivo de arrendamento	–	–	102	93	3.873
<b>Total</b>	<b>531</b>	<b>–</b>	<b>338</b>	<b>93</b>	<b>3.873</b>

#### (c) Outros riscos considerados relevantes

##### (c.1) Risco de alterações na legislação tributária do Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos na Companhia. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos. Uma vez que algumas dessas medidas resultem em aumento da carga tributária, poderão influenciar a lucratividade e o resultado financeiro da Companhia. Somente a partir da divulgação do eventual ajuste fiscal é que a Companhia terá condições de avaliar eventuais impactos em seu negócio, inclusive no que se refere à manutenção de seus preços, seus fluxos de caixa projetados ou sua lucratividade. Por fim, vale destacar que eventuais alterações à legislação tributária não produzem efeitos imediatos, de modo que a Companhia não deve ser impactada no mesmo instante em que forem promovidas

##### (c.2) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Tucano Holding III, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil e Grupo Unipar é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

### 13 COMPROMISSOS

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui os seguintes compromissos contratuais relevantes não reconhecidos nas demonstrações contábeis:

Posição em 31 de dezembro de 2020	2021	2022	2023	2024	após 2025	Total
Contrato de construção	162.268	27.310	–	–	–	189.578
<b>Total</b>	<b>162.268</b>	<b>27.310</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>189.578</b>

## 14 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

---

A principal transação que não impactou caixa e equivalentes de caixa da Companhia foi a seguinte:

	2020
Direitos de uso de terreno arrendado	3.755
<b>Total</b>	<b>3.755</b>

Sergio Luiz Baptista dos Santos  
Diretor Presidente

Anderson de Oliveira  
Diretor Vice-Presidente

Hugo Saturo Nagae  
CRC 1SP329701/O-6